



Juscelino Kubitschek
PRESIDENTE

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Ata da vigésima quarta reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, realizada no dia 9 de maio de 1962.

Presidência do Excelentíssimo Conselheiro Juracy Magalhães

Aos nove dias do mês de maio de mil novecentos e sessenta e dois, na sede da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, Edifício Juscelino Kubitschek, 12º andar, Avenida Dantas Barreto, nesta cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, às nove horas, presentes os Conselheiros: Luiz Cavalcanti, Governador do Estado de Alagoas; Chagas Rodrigues, Governador do Estado do Piauí, Aluísio Alves, Governador do Estado do Rio Grande do Norte; Juracy Magalhães, Governador do Estado da Bahia, Pedro Gondim, Governador do Estado da Paraíba; Cid Sampaio, Governador do Estado de Pernambuco; Ivan Macedo Melo, representante da Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco; Blair Chagas Bicalho, representante do Estado de Minas Gerais; José Pacheco Pimenta, representante da Comissão do Vale do São Francisco; General José Sinval Lindenberg, representante do Estado Maior das Forças Armadas; Gilberto Freyre, representante do Ministério da Educação e Cultura; Jose Aloísio de Campos, representante do Estado de Sergipe; Jesus Neves Ribeiro, representante do Estado do Maranhão; Marcos Botelho, representante do Ministério da Fazenda; Joaquim José Bentes Rodrigues Collares, representante do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas; Aloysio Sanches de Almeida, representante do Ministério da Saúde; José Aristóbulo de Castro Pilgueziras, representante do Ministério de Viação e Obras Públicas; Aluísio Afonso Campos, representante do Banco do Brasil S/A.; Cleantho de Paiva Leite, representante do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico; Oivaldo Bastos de Menezes, representante do Ministério da Agricultura; Francisco Nelson Chaves, representan



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Superintendente

2.

te do Estado do Ceará e Francisco Oliveira, Superintendente-Substituto da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, secretária da por Crmário Alifait Lacet, Secretário do Conselho Deliberativo da SUDENE, teve lugar a vigésima quarta reunião do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Instalando os trabalhos, o Superintendente-Substituto Francisco Oliveira propõe os nomes dos Conselheiros Juracy Magalhães e Jesus Neves Ribeiro para, respectivamente, presidente e substituto eventual da presente reunião, o que foi aprovado por aclamação. Assumindo a presidência o Conselheiro Juracy Magalhães autoriza a leitura da ata da reunião anterior que é aprovada sem emendas. O Presidente convida o diretor da Divisão do Imposto de Renda a tomar parte nos trabalhos. Em seguida, o Secretário faz a leitura do seguinte expediente: Telegramas: do Governo do Estado do Ceará comunicando que aquele Estado será representado pelo Sr. Francisco Nelson Chaves, na presente reunião; da presidência do Banco Nacional do Desenvolvimento, comunicando que aquele estabelecimento será representado pelo Sr. Cleantho de Paiva Leite; do Governo do Maranhão, pedindo informar data da reunião; do Governo de Minas Gerais agradecendo comunicação da data da reunião; Ofícios: do CODESE comunicando que o Dr. Osvaldo Soares do Nascimento representará o Estado do Piauí na reunião do C.D.; de CONDESE agradecendo remessa da matéria; telegrama do Dr. Alarico Cunha Júnior, Chefe dos Escritórios da SUDENE no Piauí; Ofício do Sindicato das Indústrias da Fundição, de Artefatos de Ferro, da Galvanoplástica e Niquelação e da Reparação de Veículos e Acessórios do Recife, convidando os srs. Conselheiros para a 1ª Exposição das Indústrias Metalúrgicas de Pernambuco. Concluída a leitura do Expediente o Presidente concede a palavra ao Superintendente-Substituto para o relatório mensal das atividades da Secretaria Executiva. O Conselheiro Francisco Oliveira passa a relatar as atividades da Secretaria Executiva no mês de abril. Em primeiro lugar registra a assinatura, no setor rodoviário, com o D.N. E.R. e a Comissão da Ponte do São Francisco, de dois convênios no valor global de 2 bilhões e 350 milhões de cruzeiros para execução das rodovias federais no Nordeste e início dos trabalhos com a contratação dos projetos para construção da ponte sobre o São Francis



Guilhermes 98

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

3.

co ligando Pôrto Real do Colégio a Fenedo em Alagoas. Em segundo lugar a conclusão dos projetos de estradas que serão encaminhados ao BID no próximo mês, para consecução de empréstimo. São 6 projetos da primeira remessa, compreendendo quase todos os Estados do Nordeste. Estes projetos foram executados em cooperação com o D. E. R. estaduais e a Divisão de Transportes da SUDENE. Comunica a assinatura de convênio com a CHESF. no valor de 750 milhões de cruzeiros para começo da execução do Plano Diretor no setor de energia. Diz que assinará na próxima sexta-feira com as autarquias estaduais dos Estados de Pernambuco, Alagoas e Bahia, convênios, para execução de obras de eletricidade dos respectivos sistemas estaduais. Comunica que estão sendo recebidas e julgadas as concorrências para a instalação da usina elétrica de São Luiz e complementação da de Fortaleza, no valor de 370 milhões. Ainda esta semana será publicado o edital abrindo concorrência de alto vulto para a instalação da usina térmica de Firituba, em Fortaleza, num montante de aproximadamente 800 milhões de cruzeiros. Esta usina funcionará até que a rede de alta tensão atinja a cidade de Fortaleza. Dentro do programa da "Aliança Para o Progresso" a Secretaria Executiva está preparando os primeiros relatórios para a eletrificação de 70 comunidades no Nordeste, no valor de 1 bilhão e 800 milhões. Tal relatório foi considerado satisfatório pelo delegado do governo americano no Nordeste, e, até junho, deverá ser assinado o 1º contrato complementar entre os governos brasileiro e americano. No campo da perfuração de poços foram concluídos os trabalhos, no município de Petrolina, Pe. e em diversas localidades e distritos. Foi concluído também o reconhecimento hidro-geológico de 12 municípios do Estado do Piauí. No setor de irrigação do São Francisco, os trabalhos prosseguem normalmente, num ritmo bastante promissor. A Divisão de Cartografia realiza trabalhos normais, dentro do seu programa específico. O Departamento de Estudos Especiais, no que tange ao abastecimento, desembarcou nos portos de Recife e Salvador, após assinado convênio entre o Itamarati e Governo dos E. E. U. U. cerca de 6 mil toneladas de milho a granel. Na Bahia ainda não foi distribuído o milho em virtude de um problema de sacos, porém esta semana será ensacado e entregue ao Governo da Bahia. No



Paulo 99

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

4.

Recife o ensacamento está se efetuando à mão, dificultando, assim a entrega. Não obstante, foram entregues até ontem às 18 horas ao Governo de Pernambuco, através a C.R.C., 223 toneladas. Por outro lado, já estão depositadas nos armazéns da CAGEP cerca de 238 toneladas de milho, que serão entregues pela SUDENE à medida que forem solicitadas. A esta altura é suspenso o relatório e o Presidente comunica a chegada da S.Excia. o Sr.Ministro da Agricultura, Armando Monteiro Filho. Continuando a leitura do relatório, o Superintendente-Substituto diz que já estão à disposição do Governo de Pernambuco, 461 toneladas de milho. Ao Governo de Alagoas foram entregues 15 toneladas, que adicionadas a outros ingredientes, foram transformadas em 30 toneladas de ração balanceada para consumo animal. Já foram recebidas pela SUDENE solicitações dos Governos dos Estados de Alagoas (600 toneladas) Pernambuco (500 toneladas das quais 233 já entregues) Sergipe (120 toneladas) Bahia ... (3.800 toneladas) Rio Grande do Norte (500 toneladas). Ainda com referência ao D.E.E. salienta a compra de rédes para barcos pesqueiros para aumento das atividades do Setor de Pesca no Rio Grande do Norte. O Departamento de Política Agrícola e Agrária concluiu o projeto de saúde pública no Estado do Maranhão. Estão sendo implantados experimentos de várias culturas (arroz, milho, mandioca) na Colônia de Camaratuba, entregue pelo Governo da Paraíba à SUDENE, para administração. A Superintendência entrou em contato com o Ministério da Fazenda e conseguiu um montante de 2 bilhões de cruzeiros para a erredicação dos cafèzais improdutivos e a preservação dos cafèzais produtivos e o restante da importância para diversificação da agricultura nas antigas áreas cafeicultoras no Nordeste. Dentro em breve será instalado um serviço de revenda de material agrícola, através das Cooperativas já existentes. No Setor de Água de Superfície foram efetuados convênios com o Serviço de Meteorologia do Ministério da Agricultura, importando em 20 milhões para recuperação das rédas pluviométricas, pluviográficas e evaporimétricas do Nordeste. No Grupo de Estudos do Vale do Jaguaribe foram assinados convênios com o Ministério da Agricultura para cooperação de estudos de experimentação agrícola naquele Vale. Diz o Conselheiro Francisco Oliveira que a SUDENE está em vias de



Albano 100

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

5.

de assinar convênio com uma Fundação dos E.E.U.U. e com a CHESP para abastecimento d'água em 33 cidades. Faz referência, em seguida, à missão do BID, que aqui se encontra para contratar com a SUDENE seis projetos de abastecimento d'água para as capitais dos Estados do Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. Com êsses esclarecimentos o Superintendente-Substituto conclui o relatório da Secretaria Executiva. O Presidente concede a palavra ao Conselheiro Pedro Gondim que comenta a situação calamitosa, no que se refere a inverno, do seu Estado, em especial nas regiões do alto Cariri e Curimatá. Diz que o Conselho da SUDENE já sedimentou de tal modo o seu conceito que, em quaisquer situações difíceis, é para onde convergem as esperanças do povo. Refere que têm se verificado tentativas de saques às feiras e a situação de falta de gêneros é deveras difícil. Apresenta, com base no Conselho Estadual do Desenvolvimento, os preços dos gêneros em diversos municípios: em Caiçaras uma saca de feijão está custando 12 mil cruzeiros; em Monteiro, no entanto, o preço cai para 6 mil cruzeiros a saca do mesmo produto. Quanto aos demais produtos alimentares, há uma variedade tal de preços que se infere estarem os especuladores tirando proveito da situação. Estes fatos, diz o Conselheiro Pedro Gondim, são uma negativa do esforço feito pelo Conselho Deliberativo no sentido de abrir um crédito rotativo que normalizasse a situação, através de um abastecimento automático. No Estado da Paraíba os resultados foram negativos e a distribuição que, de início, seria feita pelo Estado, passou a sê-lo pela COFAP, que, no entanto, não se achava aparelhada para tal. Diz que, em função de sua própria organicidade, a SUDENE não pode deixar de lado uma situação de tal natureza, sem um plano de ação efetivo. Um Estado como o da Paraíba, sem capacidade de inversão, sem condições para enfrentar uma despesa nova, principalmente nesta fase de maio a agosto, período agônico para os Estados pequenos, não pode, em absoluto, arcar com as responsabilidades do problema. Afirma que no período de entre-safra há a queda vertical dos gêneros e, em consequência, o Estado que vive quase às expensas da sua agricultura atravessa uma crise tremenda e seria, diz, leviandade confessar-se capacitado a resolver e arcar com a solução financeira do problema.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

6.

Apela para que se cuide não apenas do problema do abastecimento mas também das frentes de serviço. Conclui fazendo referência ao problema d'água e dizendo que se reserva para um entendimento pessoal com o Diretor do setor competente. O Presidente concede a palavra ao Governador do Rio Grande do Norte, Conselheiro Aluísio Alves. Inicia solicitando informes à Secretaria Executiva, acêrca dos benefícios concedidos para importação de máquinas para uma empresa de pesca daquele Estado. Alega que a maquinaria já se encontra em Natal e a firma está pagando armazenagem, pelo que solicita o pronunciamento da Secretaria Executiva a respeito. Em seguida, tece considerações sobre o problema do abastecimento. Diz ser conhecido do Conselho que 92% do Estado depende das chuvas e que o Governo se dispôs a resolver, até 15 de abril, sem ajuda dos órgãos federais, o problema de fixação das massas rurais, nas regiões secas. Ocorre que a crise de gêneros agravou-se e o fundo rotativo, estabelecido em 500 milhões de cruzeiros, através da COFAP, ao que parece, não se organizou, talvez em função das chuvas que caíram em algumas zonas. Os preços dos gêneros caíram um pouco, em vista das providências tomadas pelo Governo adquirindo gêneros no Sul, mas já tendem a subir, novamente, posto que, os postos de abastecimento já estão desprovidos, não havendo perspectiva de novas compras, pois as sobras da arrecadação, de abril a agosto, mal dão para pagar o funcionalismo. Ao lado disto, há o problema do desemprego nas áreas rurais e o Estado não pode abrir novas frentes de trabalho. Ocorre, ainda, que as verbas do DNOCS e DNER foram, em grande parte, cortadas no plano de Economia, e o restante ainda não foi liberado. Assim sendo, fica grande parte da população em regime de desemprego e sub-emprego, em razão da seca em algumas zonas, como o Seridó e a região centro do Estado. Comunica que foi oficializado, por lei, já sancionada, o Conselho do Desenvolvimento do Rio Grande do Norte e foi criada uma companhia de armazéns gerais. Prossegue fazendo um apêlo para que haja um maior entrosamento entre os governos estaduais e a SUDENE. Neste sentido, os Governadores presentes elaboraram uma indicação que, conforme combinaram, somente será apresentada quando da chegada do Superintendente Celso Furtado. Referindo-se, ainda, ao relatório do



Mulvan
102

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

7.

Superintendente, diz que não tem conhecimento se alguma cidade do Rio Grande do Norte está incluída no projeto que será enviado pela SUDENE para a Aliança Para o Progresso, para eletrificação de 70 cidades do Nordeste. Diz que, com a criação da CODERG, o Estado assume a responsabilidade dos serviços de energia elétrica no Rio Grande do Norte e possivelmente será surpreendido com a eletrificação de cidades naturalmente fora dos planos da Companhia. No mesmo sentido comenta a atuação da SUDENE quanto aos seus programas de perfuração de poços tubulares e de abastecimento d'água, sem que fôssem ouvidos os Governadores dos Estados, ou mesmo comunicado os planos e indicados os municípios a receberem tais benefícios. Critica, ainda, o plano da SUDENE no que se refere à venda de material agrícola que, segundo suas palavras, vai provocar concorrência, na área do Poder Público, entre a SUDENE, o Ministério da Agricultura e a Repartição do Estado encarregado da venda de material agrícola, havendo assim paralelismo de serviços. Sugere que, ao invés de criar órgãos novos, a SUDENE procure somar o que já existe corrigindo as estruturas deficientes e aparelhando-as para uma mais efetiva prestação de serviços. Termina afirmando que não está censurando a orientação da SUDENE e sim procurando tornar mais efetiva a colaboração dos Estados com a SUDENE. O Presidente concede a palavra ao Conselheiro Aloísio Afonso Campos que diz de início, que o problema maior de emergência é o da falta de recursos financeiros. A Lei 1.004, que regulamentou o art. 198 da Constituição, estabelece que o DNOCS devia ter, como reserva, projetos de emergência e manter em depósito aquela reserva do fundo de emergência para atender situações de calamidade. Quando se criou o Banco do Nordeste deixou-se uma reserva precisamente com esse objetivo. Esse dinheiro fica à disposição do DNOCS sem ser depositado nem no Banco do Brasil, nem no Banco do Nordeste. Continua dizendo que, quando se criou a SUDENE, cogitou-se de fazer uma estocagem de alimentos para atender a população, em caso de falta de gêneros, em período de seca. Entretanto, afirma, nada disso, na prática, foi efetuado. Segundo as palavras dos Governadores há uma situação irregular de inverno em todo Nordeste. Existem, no entanto, vários serviços que podem ser atacados. No Cariri existem açu



Mulca
103

PRESEIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

8.

des do DNOCS já iniciados. Além disso, foi feito, no ano passado, um levantamento pelo Conselho de Desenvolvimento da Paraíba e Banco do Brasil para que todos os açudes particulares, arrombados em decorrência de cheias anteriores, fôsem recuperados. Existe ainda a BR-12, ameaçada de entrar no plano de economia, que está no plano rodoviário do Nordeste. Pergunta então ao Diretor do DNOCS e ao representante do Ministério da Fazenda se não é possível estabelecer um plano de ação para atacar êsses serviços. O próprio Banco do Nordeste pode fazer adiantamentos, previstos na sua legislação, para casos semelhantes. Também a SUDENE que recebeu uma dotação de 2 bilhões e 400 milhões e dispõe de um fundo rotativo poder-se-ia caminhar para uma solução do problema contando com o próprio fundo rotativo e conseguir adiantamentos para a emergência. Propõe, então a criação de um grupo de trabalho contando com o Superintendente da SUDENE, o Diretor do DNOCS e representante do Ministério da Fazenda e do Banco do Nordeste para mobilizar os recursos necessários. Faz apêlo, por fim, para que a SUDENE destine uma cota de alimentos para o Cariri e Curimataú, pedido êsse que é ratificado pelo Governador Pedro Gondim. Em seguida, a palavra é concedida ao Cel. Bentes Collares, representante do DNOCS. Refere-se, inicialmente, ao problema do estado de emergência no Nordeste. Diz que compete à Secretaria Executiva o estudo do problema para que sejam propostas ao Presidente do Conselho de Ministros as soluções para o caso. Diz observar que a SUDENE tem se mantido num ponto de vista, de que não há um estado de emergência no Nordeste. Diz ser porta-voz do Sr. Ministro da Viação e faz um retrospecto das atividades do DNOCS. Afirma que ao DNOCS sòmente interessam os efeitos e não as causas. Diz que verificou, pessoalmente, a deficiência do inverno em diversas zonas da Bahia; os gráficos que registram o índice das precipitações pluviométricas, naquelas zonas, se situam abaixo das maiores sêcas que já houve na Bahia. Situação semelhante ocorre em Alagoas, principalmente no agreste, tal como em Pernambuco, além do Cariri paraibano. Afirma



Mulani
104

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

9.

que, até agora, o único órgão que tomou conhecimento do problema foi o DNOCS. Diz que um crédito de 100 milhões foi submetido a registro no Tribunal de Contas e foi negado esse registro, precisamente pelo fato de não haver esse estado de emergência. Diz, ainda, que obteve um crédito de 100 milhões, posteriormente um outro de 389 milhões do fundo de secas e ainda, depois, um de 300 milhões. São estes os recursos que o DNOCS dispõe. O Governador Pedro Gondim, em aparte, observa que, enquanto se fala de falta de recursos financeiros, nomeia-se grande numero de funcionários para os Institutos de Previdência. Continuando, o Conselheiro Bentes Collares diz que conseguiu um crédito de 400 milhões para ser entregue em parcelas de 100 milhões, até agosto. No entanto, logo depois, o Ministério da Fazenda comunicou ao Ministério de Viação que não poderia conceder os 400 milhões e sim 60% dos 600 milhões consignados ao fundo de secas. O Conselheiro Aluísio Alves diz que o plano de economia não poderia atingir o fundo das secas que é verba constitucional de aplicação obrigatória. Continuando o Conselheiro Bentes Collares diz que deixou em mãos do Sr. Ministro de Viação mais um pedido de crédito de 400 milhões e que o DNOCS não recebeu um centavo das dotações orçamentárias. Diz que já montou uma rede de armazéns reembolsáveis para atender ao problema de fornecimento aos trabalhadores. Critica, a seguir, a rigidez burocrática do Ministério da Fazenda, dificultando a liberação das verbas previstas no Orçamento. O Conselheiro Marcos Botelho interfere para esclarecer que tais exigências são indispensáveis, para efeito de contabilização. O representante do DNOCS replica que a contabilização poderia ser feita a posteriori. Informa, ainda, que teve conhecimento de que o DNOCS foi excluído do plano de economia, mas não sabe, agora, quando serão recebidos esses recursos. O General Lindenberg afirma que o Grupamento de Engenharia colabora com o programa de emergência do DNOCS. O representante do DNOCS diz que o seu Departamento tem pronto esse plano de emergência para ser executado. Quanto ao problema de gêneros, diz que o DNOCS, apesar de não atribuição sua, já entrou no problema. Diz que a COFAP para fazer entrega de certa quantidade de arroz a Bahia exigiu pagamento antecipado. O Conselheiro Juracy Magalhães diz que o Go



Mulca
105

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

10.

vêrno da Bahia nunca ficou devendo um centavo a COFAP e que, quando a SUDENE não pôde cumprir a promessa dos 100 milhões, e precisando comprar a mercadoria, mandou adiantar pelo Tesouro do Estado o suficiente para o pagamento desejado pela COFAP. Conclui o Conselho Collares afirmando que o DNOCS está disposto a cumprir a sua tarefa e já autorizou a reabertura de frentes de trabalho e reafirma a disposição do Departamento de trabalhar juntamente com a SUDENE de quem se considera irmão gêmeo. O Presidente concede a palavra ao Governador Luiz Cavalcanti. Inicialmente diz que a situação de Alagoas, no que se refere aos gêneros, é, como na Paraíba, bastante pessimista. As lavouras das primeiras chuvas, foram disimadas pelas lagartas. Quanto às providências adotadas para a bastecimento de gêneros, Alagoas recebeu apenas 400 sacos de feijão, assim mesmo de má qualidade, e 60 fardos de xarque. Os preços, em Alagoas, subiram assustadoramente. Diz comungar dos mesmos receios do Governador Aluísio Alves de que haja paralelismo de serviços. Acha que a SUDENE deve se abster de entrar de rijo na execução de serviços; o que é preciso é que se dê um maior crédito aos Governos dos Estados. Tem a mesma opinião do Governador do Rio Grande do Norte quanto ao intuito de planejar dos Governos do Nordeste. Diz ser conveniente observar uma certa hierarquia e que, ao invés de os municípios se dirigirem diretamente à SUDENE, como vem notificando os jornais dêste Estado, encaminham tais problemas aos governos estaduais, para que não seja diminuída a autoridade dos governos estaduais. Concluindo, afirma que foi cientificado pelo Sr. Ministro Armando Monteiro Filho que o Ministério da Agricultura contribuirá com o necessário para debelar as pragas que disimam as lavouras no Estado de Alagoas. O Presidente concede a palavra ao Conselheiro Ivan Maia Fachinette, do Estado da Bahia, que tece considerações acêrca do problema de abastecimento. Diz que, duas sessões atrás, chamara a atenção do Conselho para o assunto que se afigurava o mais grave. No entanto, tôdas as previsões foram superadas por situações ainda mais graves. As medidas adotadas então, já foi constatada a completa ineficiência de sua aplicação. O Govêrno da Bahia enfrentou, com recursos próprios, a aquisição de gêneros, alguns dêsses recursos reembolsados, graças ao



Melhor
108

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

11.

DNOCS, mas em proporções que não atendem às necessidades do abastecimento. O pior é que essa situação passou a ser um problema, não só regional, mas nacional. Vários Estados foram consultados, sem solução. O Ministério da Agricultura enviou sementes em quantidade muito pequena. O DNOCS, segundo o Cel. Collares, pôs as sementes à disposição do Governo da Bahia. O Conselheiro Ivan Fachinetti diz que as sementes chegaram em precárias condições. É justamente nêsse sentido que o Governo da Bahia vai encaminhar uma indicação à Secretaria Executiva, recomendando a coordenação de medidas dando absoluta prioridade aos problemas de abastecimento e sementes. O problema que, há poucos dias, era apenas da Bahia, é hoje de todo o Nordeste e já começa a preocupar outras áreas. O Presidente concede a palavra ao Conselheiro José Aloísio de Campos, representante de Sergipe, que faz as mesmas críticas ao que chama falta de articulação da SUDENE com os organismos estaduais. Reitera a sugestão, apresentada na última reunião, para a instalação de um escritório da SUDENE em cada Estado do Nordeste, para através os conselhos estaduais de desenvolvimento, estabelecer um maior contacto com os governos dos Estados. Dá o seu apôio à sugestão do Conselheiro Aluísio Campos para que se crie uma comissão que trate da mobilização de recursos financeiros para o problema do abastecimento. Congratula-se com a SUDENE pela assinatura de convênio para construção da ponte rodo-ferroviária sôbre o Rio São Francisco. Pede informação ao Superintendente sôbre quando será iniciada a construção da ponte e se contratou com alguma empresa para executar o serviço. Pede, ainda, que seja dado conhecer ao Conselho o plano de instalação da usina termo-eléctrica no Nordeste. O Presidente concede a palavra ao Governador Cid Sampaio. De início, informa ao Conselho a grave situação da zona do Agreste de Pernambuco, onde os preços dos gêneros de primeira necessidade sobem assustadoramente. Tal assunto decorre de uma política agrária deficiente. Em vista disto, a capacidade de produção do homem do campo não é valorizada; quando êle produz mais e aumenta a oferta no mercado, os preços caem, como no caso da farinha de mandioca. Critica a atuação do Governo da União que vem fazendo cortes nas dotações orçamentárias destinadas a



Handwritten signature
107

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

12.

Pernambuco. No plano rodoviário, de 340 milhões as verbas caíram para 80 milhões dos quais 37 milhões entregues à Prefeitura do Recife. Diz que as verbas do plano de colonização do Estado não foram recebidas. Fala sobre a situação econômica do trabalhador rural onde os seus vencimentos não acompanham o nível de crescimento do custo de vida. Comenta o plano da SUDENE de revenda de material agrícola e no setor de instrução; pondera que essa ação anularia as atividades das Secretarias da Agricultura e Educação. Diz que se se quiser fazer trabalhos dessa ordem, melhor será uma intervenção federal no Nordeste, acabando de vez com os Estados. Elogia a ação da DNOCS na região, assegurando ser ele o único órgão federal com que se pode contar. Sobre o abastecimento diz haver dirigido ofícios à COFAP e SUDENE no sentido de ser posta à disposição do Estado, uma certa quantidade de gêneros, dispondo-se, inclusive, a pagá-los. Relata um entendimento havido entre a SUDENE e a COFAP, através do que a COFAP se encarregaria de coletar os estoques disponíveis de gêneros no país e à SUDENE caberia dizer quando deveriam vir esses gêneros para o Nordeste. Afirma que esses gêneros não vieram e que, no momento, São Paulo e Paraná não têm uma safra bastante para abastecer o Nordeste. Recorreu ao Consulado Americano e poderá importar feijão dos Estados Unidos; para isso, porém, é necessário a autorização da COFAP; diz que vai importar o feijão, com ou sem autorização, assumindo a responsabilidade da transação. Sugere à SUDENE que as verbas que serão aplicadas no Recife sejam transferidas para a BR-25, BR-65, para dar serviços à população faminta do interior; que a SUDENE se dirija ao DNER pedindo que sejam abertas frentes de serviços na BR-25. Pergunta ao Diretor do DNOCS se é necessária a interferência da SUDENE junto ao Tribunal de Contas para que sejam liberados os vinte milhões do acordo entre o Governo do Estado e o DNOCS, para construção de diversos açudes no interior. Termina fazendo severas críticas aos órgãos federais que vêm retendo as verbas destinadas a Pernambuco e apela à SUDENE para que interfira junto a esses órgãos para que as verbas do DNOCS, do acordo com o Estado sejam liberadas. O Presidente concede a palavra ao Governador Chagas Rodrigues, do Estado do Piauí. Inicialmente diz que o principal ob

24-10-09/105/166

Mulans
108



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

13.

jetivo de sua vinda foi entrar em contacto com a SUDENE a respeito do problema de energia em Terezina e se confessa satisfeito com as últimas providências adotadas para apressar a ampliação da usina termo elétrica daquela cidade. Refere-se a seguir ao abastecimento. Diz que no Piauí houve um inverno apenas regular; na região limítrofe com a Bahia, porém, o fenômeno da seca se fêz sentir com grande intensidade. Foram abertas várias frentes de trabalho para atender à população. Pede atenção da SUDENE, do DNOCS e do representante do Ministério de Viação para a referida área e para a Rodovia BR-52, estrada de fundamental importância para o sistema rodoviário e que se encontra em estado lamentável, necessitando urgentemente de conservação. A Rodovia BR-52 é de capital importância para o problema do abastecimento do Nordeste, posto que, liga o Piauí ao Norte do Maranhão e aos demais Estados da região, daí merecer tratamento prioritário dos órgãos competentes. Fala sobre as consequências que poderão resultar, neste ano eleitoral, quando problemas como os atuais são explorados em suas últimas consequências e que, cabe à SUDENE, como órgão fundamental do Nordeste, tomar as providências para o que contará com a ajuda de todos. Lamenta que, no instante em que todos os partidos estão representados no Governo e se fala de Governo Nacional, haja tão grandes dificuldades para resolver certos problemas que preocupam a todos. Finaliza agradecendo à SUDENE as providências tomadas em favor do seu Estado. O último orador inscrito, na primeira parte da reunião, o Sr. Ministro Armando Monteiro Filho usa da palavra e diz da sua satisfação em participar desta reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE. Saliencia que, malgrado tôdas as dificuldades burocráticas e deficiências financeiras, com o Orçamento deficitário em cerca de 300 bilhões de cruzeiros, devemos ter a certeza de que vivemos no país uma fase nova. A SUDENE, criada com os mais altos propósitos, assumindo uma grave responsabilidade com o Nordeste, é motivo de júbilo para os homens públicos e a população nordestina. Ela criou uma mentalidade nova e abriu mais amplas perspectivas para a Região. Já não teme o Governo que as verbas federais que se destinam ao Nordeste sejam desviadas, sem atender os seus superiores objetivos. Em seguida se refere às palavras do Sr. Cid Sam



Juliano
109

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

14.

paio, em parte concordando com elas, no que toca à distorção havi
da no processo do desenvolvimento brasileiro, dando-se ênfase à in
dústria e deixando a agricultura em segundo plano. O Ministério da
Agricultura teve, no ano passado, uma dotação de 3,6% da receita
da União, o que equivale a 15 bilhões de cruzeiros. Enquanto isso
são necessários 100 bilhões para cobrir os deficits da Rêde Ferro
viária Federal e da Marinha Mercante. O Govêrno tem tomado provi
dências que só surtirão efeito a longo prazo. A criação do Fundo
Federal Agro Pecuário tem o objetivo de dinamizar a ação do Minis
tério da Agricultura. O Ministério não dispõe de verbas para con
sertar 65% dos equipamentos que estão a merecer reparos. O Govêr
no enviou mensagem ao Congresso criando a Superintendência de Arma
zéns e Silos para armazenamento da produção agrícola. Já foram ul
timadas as providências para importar dos E.E.U.U. 600 mil sacos
de milho e serão importados vários outros produtos agrícolas. Faz
reparos às observações do Gov. Pedro Gondim, no tocante a nomea
ções; diz que, como é notório, a Previdência Social saiu do contrô
lo do Govêrno e está vinculado ao Ministério do Trabalho e não crê
êste assunto esteja sendo encaminhado com anuência do Ministro
do Trabalho ou do Gabinete. Vai, no entanto, levar esta denúncia
à primeira reunião do Gabinete. Protesta, a seguir, contra as pa
lavras do Gov. Chagas Rodrigues, que falara de politicagem do atu
al Govêrno. Invoca, para isso, o Gov. Cid Sampaio como testemunha
de sua imparcialidade no Ministério da Agricultura e da colabora
ção prestada ao seu Govêrno. O próprio Estado do Piauí tem recebi
do êsses benefícios. Em aparte, o Gov. Chagas Rodrigues, diz que
fêz alusão ao Govêrno, mas poderia excluir, desta acusação, o Mi
nistério da Agricultura, como o fêz em recentes declarações à im
prensa do Sul. O Governador Cid Sampaio, em seguida, diz ser tes
temunha da boa vontade demonstrada pelo Ministério da Agricultura
em colaborar com os governos estaduais. Conclui o Sr. Ministro su
gerindo que seja decretado o estado de emergência no Nordeste, ma
nifestando ainda a sua confiança no esforço demonstrado pelos se
nhores Governadores, na ação do Govêrno Federal e, particularmente,
da SUDENE possa resultar em algo de positivo para o Nordeste, na
difícil hora que atravessamos. Antes de suspender a sessão, o Con



Mulani
110

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

15.

selheiro Juracy Magalhães, faz considerações de ordem pessoal referindo-se aos jovens e velhos do Conselho, fazendo alusão especial aos Conselheiros Gilberto Freyre e Gen. Lindenberg. Em seguida trata da indispensável articulação que deve haver entre a SUDENE e os Governos, ressaltando, porém, que não pode a SUDENE, genéricamente, destinar recursos a órgãos estaduais, pois que, muitos deles são ineficientes e envergonham, mesmo, uma administração. Observa que, de um modo geral, existe uma duplicidade de execução de serviços entre órgãos federais e estaduais e que eles são, ipso facto, ineficientes. O que deve haver é um crédito de confiança à SUDENE para que haja esta articulação. Congratula-se com os presentes pela demonstração comum de esforço para solucionar os problemas. O Conselheiro Gilberto Freyre, fala que todos os grandes líderes da política internacional são velhos e que os jovens são excessão. O Presidente concede ainda a palavra ao Governador Aluísio Alves para uma questão de ordem. O Governador lê os termos da indicação que será enviada à consideração do Conselho na próxima reunião. O Presidente suspende a sessão às 13:00 horas, marcando a reabertura para as 15:00 horas. A sessão é reaberta às 15:00 horas, com a presença dos seguintes conselheiros: Juracy Magalhães, Osvaldo Bastos de Menezes, Ivan Maia Fachinetti, Marcos Botelho, Ivan Macedo Melo, José Pacheco Pimenta, Joaquim José Bentes Collares, Gilberto Freyre, Gen. José Sinval Lindenberg, Jesus Neves Ribeiro, Blair Chagas Bicalho, Cid Sampaio, Chagas Rodrigues, José Aloísio de Campos, José Aristóbulo de Castro Filgueiras, Aluísio Campos, Aluísio Sanches de Almeida, Ronald Queiroz Fernandes, Francisco Nelson Chaves, Luiz Cavalcanti e Francisco Oliveira. O Presidente concede a palavra ao Superintendente-Substituto, Francisco Oliveira para responder às objeções levantadas ao relatório da Secretaria Executiva. Inicialmente refere-se à questão do abastecimento que foi ventilada pelos Governadores presentes. Diz que após a reunião do Conselho, realizou-se uma outra no Gabinete do Superintendente, com a presença dos representantes dos governos estaduais e nesta reunião, assentou-se uma coordenação imediata com a COFAP e o oferecimento de diversos governos estaduais de colocar uma certa importância a fim de constituir um fundo para debelar a crise de abastecimento,



Muller
111

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

16.

entrando a SUDENE com uma parcela resultante do Fundo dos Ágios para aquisição de estoques. A COFAP informou, então, que dispunha de um fundo rotativo de 500 milhões de cruzeiros e que, por isto, a cooperação dos Estados, na primeira etapa seria dispensável, pois, a importância disponível era suficiente. A COFAP ponderava ainda, que a soma de todos esses recursos para a compra de gêneros no Sul já que no Nordeste não havia o suficiente, provocaria uma grande pressão no mercado do Sul do país. As primeiras remessas enviadas pela COFAP e a queda das primeiras chuvas amorteceram o ímpeto inicial do problema. Foi esse otimismo inicial que fez com que os esforços diminuíssem e os próprios governos estaduais reconhecessem que o problema havia sido superado, pelo menos a curto prazo. Em vista do abaixamento dos estoques os Estados do Sul do país, que são considerados celeiros da produção nacional, têm tomado providências no sentido de evitar o abaixamento desses estoques, não só os do Governo, como também, os dos particulares na sua jurisdição. Há poucos dias, o Sr. Cibulares, então presidente da COFAP telegrafava à SUDENE pedindo a opinião do órgão sobre a manutenção das medidas excepcionais para o abastecimento do Nordeste, e a Superintendência respondeu que a onda aumentista que começava a se delinear indicava a necessidade de se manter as medidas excepcionais que a COFAP vinha tomando acerca do abastecimento. Infelizmente o Major Cibulares exonerou-se do cargo e os problemas ficaram em pendência. Apesar de tudo a SUDENE tomou várias providências e entrou com um total de 20 milhões para atender à solicitação do governo da Bahia, para cobrir as despesas com frentes de trabalhos que o Governo do Estado e o DNOCS haviam aberto. Diz o Conselheiro Francisco Oliveira que a onda aumentista se agravou de 15 dias para cá e não recebeu nenhuma comunicação dos governos estaduais, senão do Governo de Pernambuco, sobre o assunto. O sistema de comunicações do órgão é, ainda, bastante precário, daí ser necessário o alerta dos governos estaduais visto tratar-se de uma área de 1:600.Km.² a ser coberta por uma programação de emergência, mesmo porque os órgãos ditos de abastecimento, as COAPS estaduais, são precariamente dotadas de meios de informação. Não é propósito da SUDENE negar a gravidade da situação. O que se deve fazer é tomar



113

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

17.

medidas objetivas em vez de grupos de trabalho para estudar soluções a longo prazo. Propõe então que se apressem negociações para a importação imediata de certa quantidade de gêneros que já havia sido posta à disposição da SUDENE pelo Governo Americano. Tais gêneros seriam 8 mil tons. de feijão, 13 mil de milho, óleo comestível, etc. O Governo Americano informou que o feijão poderá estar no Brasil até junho deste ano. Sugere ainda, que o Conselho autorize a Secretaria Executiva a usar os recursos do Fundo dos Ágios, além dos destinados aos estoques de emergência, reduzidos a 65 milhões, o que não seria suficiente para resolver o problema. Então deve-se delegar poderes à Secretaria Executiva para mobilizar o Fundo dos Ágios, em escala ampla e, com a cooperação dos governos dos Estados, recomendar aos órgãos federais de crédito, BNDE, BNB e Banco do Brasil, para que sejam abertos créditos à SUDENE que serão devolvidos logo que sejam vendidos os gêneros às populações necessitadas. O Conselheiro Cid Sampaio pergunta ao Superintendente se o feijão a que se referiu, é para compra ou doação. O Superintendente responde que não há uma solução definida mas crê que seja para compra, para pagamento em cruzeiros, a longo prazo. Continua o Superintendente, considerando, agora, o problema da decretação do estado de emergência; diz que a posição da Secretaria Executiva tem sido de prudência, no trato do assunto. Segundo as próprias palavras do Governador Pedro Gondim, o inverno, na Paraíba, é falso apenas na região do Curimataú e Cariri, regiões onde não há uma cultura de subsistência e têm uma baixa densidade populacional. Quanto ao Estado do Piauí, o próprio Governador informa que apenas no Sul do Estado houve um inverno irregular; essa região tem as mesmas características daquela outra da Paraíba. Nestes dois Estados não se configura o estado de seca total. Assim sendo, apenas em esparsas regiões o problema assume aspectos mais graves como na Bahia e nas regiões Agreste e Sertão de Pernambuco e, deste modo, a Secretaria Executiva não considera boa política sugerir ao Conselho de Ministros a decretação do estado de emergência total, quando o problema é parcial. Portanto, para que se evite uma conflagração de consequências imprevisíveis, é de boa norma a tomada de medidas que evitem fatos como os ocorridos em 1958, quando o estado



M. L.
113

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

18.

de emergência total não foi declarado e o problema foi, mesmo as sim, considerado em sua extensão total e os recursos do Govêrno Fe deral foram comprometidos até 10 bilhões de cruzeiros, sem que qua se nada tenha resultado. Considera, pois, que o problema poderá ser resolvido sem a decretação do estado de emergência, desde que os créditos especiais sejam abertos e possa a SUDENE delegar aos órgãos federais especializados, poderes e recursos já previstos pa ra que comecem a atuar desde logo. Pede ao Conselho que considere o estado de dificuldade que se encontra o Govêrno Federal quanto a recursos orçamentários. Qualquer esforço do Govêrno no sentido de adicionar recursos outros vai obrigá-lo a entrar pela via da e missão o que não é conveniente e portanto, o problema do abasteci-mento tenderá a se agravar porque os preços subirão inevitavelmen-te. O Superintendente pede então permissão ao Sr. Presidente para fazer uma demonstração da situação de chuvas no Nordeste, convidan-do o Major Humberto Rangel para explicar ao Conselho. Expõe o Ma ior Humberto Rangel a situação, utilizando os gráficos elaborados pelo Setor competente. Por êsses gráficos, nota-se que a única re gião assolada pela seca, onde há uma agricultura ativa e uma densi-dade populacional alta é, exatamente a zona do Agreste de Pernambu-co. Para completar a exposição é superposto um outro mapa onde a parece representada por quadriculos geográficos, a soma dos inves-timentos que a SUDENE pode efetuar, com recursos do Plano Diretor e recursos dos créditos especiais nas citadas áreas. Atendendo a uma pergunta do Conselheiro Cid Sampaio sôbre problemas de rodovi-as, o Superintendente convida o Dr. Genival Barbosa, Chefe da Divi-são de Transportes que dá ao Conselheiro Cid Sampaio as explica-ções pedidas. Após demorada discussão do problema entre o Conse-lheiro Cid Sampaio e o chefe da Divisão de Transportes, o Presiden-te pede para que seja redigida uma indicação para ser encaminhada à apreciação do Conselho. O Superintendente prossegue então, nos seus comentários, referindo-se às observações dos Conselheiros sô bre a execução paralela de serviços pela SUDENE e demais órgãos es taduais e federais. Diz que a Secretaria Executiva está longe de considerar que a solução dos problemas atingiu a sua perfeição, mas também não os considera na estaca zero, bem como, não vem êste ór



111

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

19.

gão insistindo na política de paralelismo ou aniquilamento dos organismos estaduais. Reporta-se ao relatório da Secretaria Executiva onde são anunciados convênios para eletrificação, com recursos do Plano Diretor entre a SUDENE e os Departamentos Estaduais de Energia dos Estados de Pernambuco, Alagoas e Bahia. Se a maior soma dos recursos atribuídos à SUDENE são aplicados necessariamente, por delegação da SUDENE, por órgãos federais, não é culpa da Secretaria Executiva e nem consta do anteprojeto de lei que este Conselho enviou ao Congresso. As observações dos Conselheiros fazem notar que o paralelismo se exerce desde a elaboração dos projetos até execução dos serviços. Certo é que a elaboração do Plano Diretor foi obra quase que exclusiva da Secretaria Executiva, o que é perfeitamente compreensível aos Srs. Conselheiros. Estes, entretanto, foram convocados para apresentar emendas o que foi feito. Ademais, quase todos os documentos elaborados pela SUDENE contaram com a colaboração dos Estados. Ainda ontem uma missão do BID estava contratando projetos de abastecimento d'água para seis cidades do Nordeste, projetos esses elaborados pelos órgãos estaduais em colaboração com a SUDENE. Com referência à eletrificação das cidades com recursos da "Aliança Para o Progresso", diz que a SUDENE apenas enviou o primeiro relatório às autoridades americanas sobre o empréstimo a ser feito para eletrificação. Sobre o critério de eleição das cidades a serem incluídas no plano, tal critério foi estabelecido com a colaboração dos governos estaduais. Tal aconteceu com os Estados do Piauí e Rio Grande do Norte. Quanto à revenda de material agrícola, afirma o Superintendente que houve um equívoco: a SUDENE não vai ter um órgão de revenda de material; apenas vai dispor da dotação de um bilhão de cruzeiros, do Plano Diretor, em forma de crédito, para que as Cooperativas comprem o material e o revendam, formando, então, um fundo rotativo, em função da sua atuação neste setor. Em aparte o Gov. Cid Sampaio diz que essas Cooperativas são subordinadas ao Governo do Estado. Responde o Superintendente que a SUDENE não tem órgão de revenda, apenas colocou os recursos à disposição das Cooperativas, através da Secretaria da Agricultura, como é o caso do Rio Grande do Norte. Não há, da parte da SUDENE, intenção de preterir os governos esta


 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
 SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

20.

duais. Por último refere-se ao problema de educação, que a SUDENE considera um dos mais complexos. Diz que a única verba para educação, posta no Plano Diretor, é uma minguada verba de 10 milhões, para um projeto experimental de educação de base. Posteriormente o Governo Americano ofereceu ampla cooperação neste setor. Frise-se porém, que todos os recursos seriam aplicados através das Secretarias de Educação dos respectivos Estados, e orientando-se, basicamente pelos próprios órgãos do Ministério da Educação que estivessem em condições de fazê-lo, como o Instituto Nacional de Pesquisas Pedagógicas e seus centros regionais. Em seguida o Conselheiro Aluísio Campos pede ao Presidente para justificar uma indicação de sua autoria, em virtude de ter que viajar pouco depois. O Presidente concede 5 minutos para a justificação. O Conselheiro Aluísio Campos diz que, segundo o Diretor do DNOCS, a maior dificuldade para conseguir recursos é a falta de declaração do estado de emergência. Fala que a SUDENE considera perigoso pois isto poderia ser um estopim que poderia deflagrar e a SUDENE ficaria sujeita a pressões políticas, para obtenção de recursos. Intervém o Superintendente-Substituto Francisco Oliveira, afirmando que a SUDENE não está preocupada com pressões políticas; a preocupação maior da SUDENE é evitar que se repita o fenômeno de 58, em virtude da fragilidade das estruturas. Continua o Sr. Aluísio Campos, afirmando que a sua indicação é justamente para a declaração do estado de emergência na área restrita do Estado da Paraíba, constituída pelo Cariri e Curimataú, para que, em função das declarações do DNOCS, possam ser adquiridos os recursos indispensáveis para a região. Afirma que não se pode desconhecer o estado parcial de emergência e a SUDENE não deve temer êsses efeitos, mesmo porque a abertura de crédito especial não vai possibilitar o desvio de recursos para a emergência, pois, de acôrdo com a lei da SUDENE, a emergência só pode ser atendida com créditos extraordinários. Propôs ainda a criação de um Grupo de Trabalho constituído pelo Superintendente da SUDENE, Diretor do DNOCS, representante do Ministério da Fazenda e representante do Banco do Nordeste para a mobilização dos recursos necessários para o atendimento da situação. A economia dessas duas zonas citadas está sendo totalmente destituída pela seca e a

24R-29/61/11

Mulder 116



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

21.

população passando fome. Em seguida o Governador Cid Sampaio lê telegrama recebido do Prefeito de Bom Jardim, informando que a cidade foi invadida por quase mil flagelados e que teve de distribuir todo o estoque existente de farinha e feijão, gratuitamente com os flagelados. ORDEM DO DIA: Parecer ao Processo 762/61 no sentido de: I) Propor ao Exmo. Sr. Presidente da República, nos termos do art. 13, letra "j", inciso 2º, da Lei 3.692, de 15 de dezembro de 1959, a declaração de prioridade para o desenvolvimento econômico do Nordeste dos equipamentos novos e sem similares produzidos no país, relacionados no mesmo parecer, a serem importados pela Empresa "BAHIANA SISAL S/A. INDÚSTRIA, COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO", destinados à ampliação de uma unidade de industrialização da fibra do sisal na cidade de Salvador, Bahia, para os efeitos de isenção de quaisquer impostos e taxas que incidirem sobre a importação dos referidos equipamentos, conforme o art. 18 da Lei supra mencionada, combinado com os arts. 55 a 57 do Regulamento baixado pelo Decreto nº 47.890, de 9 de março de 1960, respeitado o disposto nos arts. 22 e 23 da Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961. II) Declarar o referido projeto enquadrado entre aqueles que poderão merecer a colaboração financeira do Banco do Nordeste do Brasil, com recursos derivados da linha de crédito que lhe foi aberta pelo BID. Posto em votação foi aprovado. Parecer ao Processo 309/62 no sentido de propor ao Exmo. Sr. Presidente da República, nos termos do art. 13, alínea "j", item 2, da Lei 3.692, de 15 de dezembro de 1959, combinado com o art. 57 do Regulamento baixado pelo Decreto nº 47.890, de 9 de março de 1960, a declaração de prioridade para o desenvolvimento do Nordeste dos equipamentos novos e sem similares produzidos no país, relacionados no anexo I, do mesmo parecer, a serem importados pela firma "CIA. PROGRESSO E UNIÃO FABRIL DA BAHIA" destinados à reforma parcial da secção de fiação de sua fábrica de tecidos localizada em Salvador, Bahia, para os efeitos da isenção de quaisquer impostos e taxas que incidirem sobre a importação dos referidos equipamentos, conforme o art. 18 da Lei supra mencionada, combinado com os arts. 55 e 56 do Decreto 47.890, respeitado o disposto nos arts. 22 a 23 da Lei 3.995, de 14 de dezembro de 1961. Posto em votação foi aprovado. Parecer ao Processo nº 29/61, no



Mulca
117

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

22.

sentido de: 1 - propor ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, nos termos do art. 13, alínea "j", ítem 2, da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, combinado com o art. 57 do Regulamento baixado pelo Decreto nº 47.890, de 9 de março de 1960, a declaração de prioridade para o desenvolvimento econômico do Nordeste dos equipamentos novos e sem similares produzidos no país, relacionados nos Anexos I do mesmo parecer, a serem importados pela Empresa "BARRETO DE ARAÚJO PRODUTOS DE CACAU S/A.", destinados à ampliação da fábrica de beneficiamento e industrialização de cacau, de sua propriedade, situada na cidade de Salvador, Estado da Bahia, para os efeitos da isenção de quaisquer impostos e taxas que incidirem sobre a importação dos referidos equipamentos, conforme o art. 18 da Lei supra mencionada, sujeita a Empresa no que dispõe os arts. 22 e 23 da Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961. 2 - Declarar o projeto de "BARRETO DE ARAÚJO PRODUTOS DE CACAU S/A." como enquadrado entre aqueles que poderão merecer colaboração financeira do Banco do Nordeste S/A. (BNB), inclusive com recursos derivados da linha de crédito que lhe foi aberta pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Posto em votação foi aprovado. Parecer ao Processo 49/61 no sentido de propor ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, nos termos do art. 13, letra "j", ítem 2, da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, combinado com o art. 57 do Regulamento baixado pelo Decreto nº 47.890, de 9 de março de 1960, a declaração de prioridade para o desenvolvimento do Nordeste dos equipamentos novos e sem similares produzidos no país, relacionados no Anexo I do mesmo parecer, a serem importados pela firma "INDÚSTRIA SISALEIRA DO BRASIL S/A. (SIBRASIL)", destinados à complementação de sua fábrica de industrialização da fibra de sisal localizada na cidade de Bayeux, Estado da Paraíba, para os efeitos da isenção de quaisquer impostos e taxas que incidirem sobre a importação dos referidos equipamentos, conforme o art. 18 da Lei supra mencionada, combinado com os arts. 55 e 56 do Decreto acima mencionado, sujeita a Empresa no que dispõem os arts. 22 e 23 da Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961. Submetido a votação, foi aprovado sem discussão. Parecer ao Processo nº 493/61-A no sentido de declarar o projeto da "INDÚSTRIA BRASILEIRA DE MÁRMORES



Mulard
118

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

23.

S/A. (IBRASA)", de ampliação de sua serraria de mármore e granito localizada na cidade de Salvador, Estado da Bahia, como enquadrado entre aqueles que poderão merecer a colaboração financeira do Banco do Nordeste do Brasil S/A. (BNB) com recursos derivados da linha de crédito que lhe foi aberta pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Submetido a votação foi aprovado. Parecer ao Processo nº 443/61 no sentido de declarar o projeto da "CIA. FÁBRICA YOLANDA S/A.", visando a ampliação de sua fábrica de sacarias, aniagem e barbantes de malva, caroá e juta, na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, como enquadrado entre aqueles que poderão merecer a colaboração financeira do Banco do Nordeste do Brasil S/A. (BNB) com recursos derivados da linha de crédito que lhe foi aberta pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Posto em votação foi aprovado. Parecer ao Processo nº 30/61 no sentido de propor ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, nos termos do art. 13, alínea "j", item 2, da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, combinado com o art. 57 do Regulamento baixado pelo Decreto nº 47.890, de 9 de março de 1960, a declaração de prioridade para o desenvolvimento econômico do Nordeste dos equipamentos novos e sem similares produzidos no país, relacionados no Anexo I do mesmo parecer a serem importados pela Empresa "BRASQUIP INDÚSTRIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTOS S/A.", destinados à instalação de uma fábrica de brocas de perfuração e uniões das hastes de perfuração (tool-joints) na cidade de Salvador, Estado da Bahia, para os efeitos da isenção de quaisquer impostos e taxas que incidirem sobre a importação dos referidos equipamentos, conforme o art. 18 da Lei supra mencionada, combinado com os artigos 55 e 56 do Decreto nº 47.890, respeitado o disposto nos artigos 22 e 23 da Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961. Submetida à votação foi aprovado. Em seguida foram submetidos a votação, em bloco, por proposta de um dos Srs. Conselheiros, os processos referentes a isenção parcial de 50% do Imposto de Renda que incidir sobre os lucros tributáveis, até o exercício de 1968, inclusive, conforme o disposto no art. 19 da Lei 3.692, de 15 de dezembro de 1959, combinado com o art. 57 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 47.890, de 9 de março de 1960, das seguintes firmas: "PRODUTOS DO COQUEIRO DE PER



Melo

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

24.

NAMBUCO LTDA.", "MATADOUROS FRIGORÍFICOS S/A.- MAFRISA", "SOCIEDADE AGRÍCOLA ENGENHO LIBERDADE LTDA.", "FERNANDO MARANHÃO", "COMPANHIA USINA CINCO RIOS", "EXPORTADORA DE ALGODÃO MARANGUAPE LTDA.", "JOÃO ATHAYDE FILHO", "ARTEFATOS DE BORRACHA OK S/A.", "CEARÁ INDUSTRIAL S/A.", "USINA 13 DE MAIO S/A.", "LEONTINO DE SOUZA ROLIN", "REPRES-
X COS DO RECIFE S/A.", "EXPORTADORA DE SAL COMOCIM LTDA.", "CIA. JO SÉ GOMES PARENTE, AGRO-PECUÁRIA, INDUSTRIAL", "COMPANHIA INDUSTRIAS ALIMENTÍCIAS DE PESQUEIRA", "ARROZEIRA PENEDENSE LTDA.", "F. SOUTO INDÚSTRIA, COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO S/A.", "CEZAR RIBEIRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A.", "SOLON LIRA LINS", "USINA TANQUES S/A.", "ICASA-IN DÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALGODÃO S/A.", "COMPANHIA INDUSTRIAL MARQUES -CIMA", "COMPANHIA AÇUCAREIRA DE GOIANA", "A.T.S.FARIAS", "S/A.PER NAMBUCO POWDER FACTORY", "EXPORTADORA MACHADO ARAÚJO LTDA.", "LABO RATÓRIOS EDISON BEZERRA S/A.", "FRATELLI VITA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A.", "MACHADO S/A.- COMÉRCIO E INDÚSTRIA", "COMERCIAL SEBASTIÃO CORREIA DE MELLO S/A.", "CIA. AGRÍCOLA E PASTORIL DO SÃO FRANCISCO S/A.", "IRMÃOS SILVEIRA & CIA. LTDA.", "CESAR SANTOS PEREIRA", "RE FRIGERANTES DA BAHIA S/A.", "J. ALVES & CIA.", "CIA.AÇUCAREIRA ALA GOANA (USINA URUBA)", "TRIUNFO AGRO-INDUSTRIAL LTDA.", "CENTRAL A ÇUCAREIRA SANTO ANTONIO S/A.", "INDÚSTRIA E COMÉRCIO DJALMA E RAY MUNDO DA FONTE LTDA.", "INDÚSTRIA DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA.", "CARNEIRO & CIA." e "J.RUFINO & CIA.", "INDUSTRIAL MADEIREIRA E CO MÉRCIO LTDA.", "INDÚSTRIA E COMÉRCIO VALE DO ACARAPE LTDA.". Subme-
tidos a votos, foram aprovados sem discussão. Em seguida, o Supe-
rintendente-Substituto encaminha uma indicação propondo os nomes dos Bacharéis Fernando Henrique de Menezes Oliveira e Zenaldo Bar-
bosa Rocha para representarem a União Federal nas Assembléias Ge-
rais da Companhia Nordeste de Eletrificação de Fortaleza (CONEFOR),
podendo os referidos representantes agir em conjunto ou separada-
mente, com poderes gerais de representação e bem assim os de votar
e serem votados para os cargos da Diretoria e do Conselho Fiscal,
subscrever ações sempre que ocorra aumento de capital, inclusive
votar o aumento do capital social e aprovar ou regeitar contas. Su-
bmetida à discussão o Conselheiro Ivan Macedo Melo faz algumas con-
siderações achando que a forma de representação se acha desvincula-
da da Lei 3.995. O Presidente pede ao Conselheiro representante



Melo 120

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

25.

da CHESF que apresente uma indicação por escrito, em forma de emenda ao projeto, para posterior discussão. O Conselheiro Ivan Macedo Melo apresenta, então, a sua emenda que é aprovada sem discussão. O projeto da Secretaria Executiva é submetido a votação, com a emenda do representante da CHESF, sendo aprovado. Em seguida é apresentada uma outra indicação da Secretaria Executiva no sentido de propor ao Conselho Deliberativo os nomes dos Bels. Fernando Henrique de Menezes Oliveira e Zenaldo Barbosa Rocha, para representarem a SUDENE, através da Secretaria Executiva, para subscreverem aumentos de capital nas sociedades de economia mista estaduais encarregadas de geração e distribuição de energia elétrica, quando êsses aumentos forem indispensáveis para a execução dos programas aprovados pela SUDENE e resultantes dos convênios assinados com as respectivas emprêsas, nos termos da Lei 3.995, de 14-12-1961. Em discussão, o Gov. Cid Sampaio indaga se nos convênios assinados com a CHESF a indicação dos representantes cabe à SUDENE ou a CHESF. O Superintendente-Substituto Francisco Oliveira esclarece ao Governador Cid Sampaio e o projeto submetido a votação é aprovado. Em seguida o Presidente autoriza a leitura das indicações encaminhadas à mesa. Indicação nº 1 - Autor Aluísio Afonso Campos, propondo: a) sejam declaradas pela SUDENE em estado de sêca, para efeito do cumprimento do disposto no art. 39 do regulamento da SUDENE (Decreto nº 47.890) e da execução de medidas de emergência, as sub-regiões do Cariri e do Curimataú no Estado da Paraíba. b) seja constituído, neste Conselho um grupo de trabalho, integrado pelo Superintendente da SUDENE, Diretor do DNOCS e representantes do Ministério da Fazenda e do Banco do Nordeste, para sugerir ou estabelecer um plano financeiro de emergência, visando à imediata mobilização de recursos destinados a custear obras e serviços nas áreas afetadas pela calamidade. Indicação nº 2 - Autor: Ivan Maia Fachinetti. Em nome do Governo do Estado da Bahia, sugiro ao Conselho aprovar a presente indicação, no sentido de a Secretaria Executiva dar prioridade absoluta à coordenação de medidas capazes de restabelecer o equilíbrio do abastecimento, aumentar a oferta de alimentos na área do Nordeste e promover distribuição de sementes selecionadas nas áreas chuvadas da Região. Indicação nº 3 - Autor



Mulca

121

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

26.

Superintendente-Substituto. Com vistas a enfrentar o problema da crise de abastecimentos alimentar no Nordeste, não resolvido por providências anteriores, propõe a Secretaria Executiva que este Conselho autorize: a) - O apressamento das negociações com o Govêrno do E.U.A. para a vinda dos alimentos doados e emprestados (feijão, milho, óleo comestível, leite em pó "pulgur"; b) - A Secretaria Executiva que use amplamente dos recursos do Fundo dos Ágios, além dos do estoque de emergência, para providenciar a compra inclusive importação, dos gêneros essenciais; c) - Recomende os Governos Estaduais que se unam à Secretaria Executiva, colocando fundos à sua disposição e indicando os alimentos que se necessitam para aumento do esforço geral; d) - Recomende aos Bancos oficiais aqui representados, que coloquem imediatamente à disposição da SUDENE, caso insuficientes os recursos mobilizáveis pelos itens anteriores, linha de crédito para compra de alimentos. Todos os alimentos referidos nesta proposição, devem ser vendidos a fim de não se esgotarem os mesmos do Fundo dos Ágios e dos Bancos oficiais, e, no caso das doações do Govêrno dos E.U.A., para que representem parcela de capitalização das empresas federais e estaduais de armazéns e silos. Indicação nº 4 - Autor: Governador Cid Sampaio. 1º - A SUDENE dirigir-se aos órgãos da alta administração federal solicitando: a) - liberação das verbas do DNOCS para objetivar a abertura de frente de serviço que possibilitem oferta de trabalho às populações flageladas. b) solicitar a liberação das verbas estaduais, inclusive registro de convênios no Tribunal de Contas, que se destinem a serviços a executar no interior como açudagem, colonização e estradas. 2º - A SUDENE mobilizar recursos, inclusive os de emergência, para financiar os trabalhos de estradas e açudagem a serem realizados pelos organismos federais e estaduais e todos aqueles serviços que possam constituir investimentos positivos, que oferecendo trabalho sejam realizações permanentes e contribuam para o desenvolvimento da região. 3º - A SUDENE mobilize recursos para financiamento, em articulação com os governos estaduais e os órgãos federais especializados, no sentido de adquirir gêneros e distribuí-los nas regiões onde as características de calamidade o indiquem. 4º - A SUDENE, em colaboração com os órgãos especializa



Mulani

122

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

27.

dos federais e estaduais, mobilize recursos para o abastecimento regular dos centros populacionais, utilizando as rêsdes pùblicas de distribuição, enquanto o suprimento de gêneros não fôr suficiente para a normalização alimentar do povo. 5º - Deliberar com os Estados e promover a importação de feijão e outros gêneros, que inexistindo no Brasil e não sendo importados em tempo conduzirão o Nordeste a fome e a anarquia. Indicação nº 5 - Autor: Superintendente-Substituto. Considerando o problema do inverno irregular em algumas áreas de Estados do Nordeste, delibere êste Conselho: a) - o não reconhecimento do estado de emergência, total ou parcial. b) - a liberação, pelo Conselho de Ministros, dos créditos especiais da Lei 3.995, como forma de resolver-se, por via normal, e sem a criação de novas pressões inflacionárias da situação de inverno irregular em alguns Estados. Indicação nº 6 - Autor: Ivan ^{Maia} Fachinetti. Dirija-se o Conselho Deliberativo ao Conselho de Ministros, apelando no sentido de que dê prioridade à abertura dos Créditos Especiais do Plano Diretor, considerando-se que não foi declarado o estado de emergência previsto no Art. 39 do Decreto nº 47.890 de 9.03.60, por reconhecer que a atividade de execução de obras do Plano Diretor poderá propiciar a abertura de frente de trabalho, para atendimento da atual conjuntura. Após a leitura das indicações o Conselheiro Juracy Magalhães, considerando que tôdas as indicações versam sôbre a mesma matéria, propõe que o Conselho deveria autorizar a Secretaria Executiva a se dirigir ao Conselho de Ministros, propondo as medidas necessárias à obtenção de recursos e, em seguida trouxesse a plenário em uma próxima reunião a fim de ser votada a matéria, com o que evitaria a delonga na obtenção de recursos e não infringiria o Regimento que manda seja a matéria submetida, para estudos, à Secretaria Executiva. Em discussão a proposição do Conselheiro Juracy ^{Magalhães}, usa da palavra o Cel. Collares, Diretor do DNOCS, para fazer um relato dos recursos obtidos pelo DNOCS, discriminando, em seguida, a sua aplicação, como seja: a abertura de frentes de trabalho em conservação de rodovias, construção de açudes e aguadas, perfuração de poços e, ainda, aquisição de caminhões e carros-pipas. Diz que as frentes de trabalho nas zonas em que se tornavam desnecessárias, foram fecha



Mulens
123

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

28.

das. Salaria que o que interessa ao DNOCS é a recepção legal de recursos para que não se repitam os fatos da seca de 1958. Em referência à proposição da presidência, o Cel. Collares diz ter preferência pela constituição de um grupo de trabalho no qual o DNOCS deseja ser representado. Sugere, ainda, que este assunto seja objeto de deliberação imediata. O Conselheiro Juracy Magalhães diz que a sua proposição sobre o assunto, se forem conseguidos os créditos, não há necessidade da declaração de emergência. Se, porém, a Secretaria Executiva não obtiver meios para conseguir os recursos necessários, deve então convocar uma reunião extraordinária para decidir se deve ou não declarar o estado de emergência. A proposição do Diretor do DNOCS e, pois, a negação da proposição da presidência, pois o Conselho não poderá decidir sobre as seis proposições sem um estudo prévio de um grupo que poderá apresentar substitutivos, visto que, pelo menos três das proposições apresentadas podem ser incluídas numa só. Em seguida usa da palavra o Governador Cid Sampaio que diz ter sido procurado pelo prefeito de São Bento do Una que está temendo seja o seu município invadido pelos famintos; que os estoques de gêneros desaparecem e a força pública não tem condições para impedi-lo. A situação agrava-se e a decisão tem que ser tomada imediatamente. Diz que louva a prudência da SUDENE em declarar o estado de emergência receiando as consequências mas, para isso é que se criou a SUDENE. Que se abram de imediato frentes de serviço e que todos cumpram a sua parte na fiscalização da execução dos serviços; que os fatos de 1958 não se repetirão, pois que, àquela época, não existia a SUDENE. Não se pode mais permitir haja o desvio de recursos. Afirma ter conhecimento de que a Comissão do Vale do São Francisco está distribuindo motores para eletrificação de cidade que, nem sequer, ficam à margem do São Francisco, com fins eleitoreiros. Que tais fatos precisam ser corrigidos e que a SUDENE deve tomar conhecimento deles. De maneira que a sua sugestão é que se prorogue a reunião para o dia seguinte e, que, à noite, os técnicos da SUDENE estudem e dêem parecer às proposições apresentadas, mas não se saia daqui sem uma definição das responsabilidades de cada um. O Presidente concede, em seguida, a palavra ao Gov. Chagas Rodrigues que consulta à pre



Mulca
124

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

29.

sidência se a Secretaria Executiva está em condições de emitir parecer sobre a matéria dentro de 24 horas porque, conforme o pronunciamento da Secretaria Executiva, o plenário já poderá tomar posição. O Conselheiro Ivan Fachinetti sugere então que, se as proposições versam todas sobre a mesma matéria, o Conselho considere, apenas, as duas apresentadas pela Secretaria Executiva e, em torno delas, os Conselheiros apresentem suas emendas e substituições. O Presidente pede a opinião do Superintendente-Substituto que diz ser a sugestão do Cons. Ivan Fachinetti aceitável. Em tretanto, dois fatos novos chegaram ao conhecimento da Secretaria Executiva agora mesmo. Em 1º lugar, quanto à proposição do Gov. Cid Sampaio, de uma reunião amanhã, sugere que seja sexta-feira, quando contará com a presença do Sr. Celso Furtado, que estará chegando amanhã e que poderá ter no Rio, contacto com o Primeiro Ministro, antes de viajar para Recife. Em segundo lugar a SUDENE pediu ao Ministro da Fazenda e este accedeu officiar ao Tribunal de Contas a devolução imediata do processo que trata da abertura dos créditos especiais a fim de que o Exército baixe o competente decreto. Assim sendo na reunião de sexta-feira o Superintendente Celso Furtado traria uma resposta do Primeiro Ministro quando aos créditos especiais e, desde já poderia o Conselho deliberar passando telegrama ao Superintendente Celso Furtado para que ele reforçasse as providencias junto ao Premier Tancredo Neves. O Presidente concede a palavra ao Conselheiro Pacheco Pimenta, representante da C.V.S.F. que comenta a importação de gêneros do exterior, em grande escala, poderia influir na produção agrícola do país, como ocorreu com a cebola quando o Governo importou dos E.E. U.U. grande quantidade na época da safra. Não quer dizer que não se deva receber a doação do Governo Americano; o que deve ficar patente é que dia virá que deixaremos de plantar porque temos certeza que a doação virá. Portanto esta doação poderá vir a ser maléfica. Outro ponto é no que se refere à acusação feita pelo Governador Cid Sampaio. Diz que não está autorizado a defender a Comissão mas está certo de que a parte positiva de realizações da Comissão é bem maior que essas negativas. Em seguida o Sr. José Aloísio de Campos, representante do Estado de Sergipe, pede para



Milano
125

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

30.

que o Sr. Scipione mandina, Diretor da Divisão do Impôsto de Renda preste alguns esclarecimentos sôbre o art. 34 da Lei 3.995. O Presidente concede a palavra ao Conselheiro Marcos Botelho, do Ministério da Fazenda. Diz o Sr. Marcos Botelho que após a aprovação do art. 34 da Lei 3.995, pelo Conselho Deliberativo, o voto do representante do Ministério da Fazenda foi no sentido de que o prejeto fôsse submetido à Consideração daquêle Ministério que, após recebê-lo, enviou imediatamente à Divisão do Impôsto de Renda, o qual pediu a sua colaboração, tendo sido o projeto debatido amplamente e aprovado integralmente. O Ministério o enviou, após, à Procuradoria da Fazenda que concordou também, porém fêz duas alterações, achando conveniente dar conhecimento à SUDENE, o que foi feito no Escritório do Rio de Janeiro. Conclui suas palavras, justificando a presença, nesta reunião, do Diretor da Divisão do Impôsto de Renda. O Presidente concede então a palavra ao Sr. Scipione Mandina, Diretor da Divisão do Impôsto de Renda. Este expressou sua satisfação em participar de uma reunião da SUDENE. Salienta que examinou devidamente o projeto da regulamentação do art. 34 da Lei 3.995 formulado por êste Conselho, aprovando-o plenamente; a sua visita visa, precìpuamente, eliminar possíveis áraes de atrito entre a SUDENE e a Divisão que dirige. Conclui por afirmar que não haverá de faltar o necessário entrosamento entre os dois órgãos, para isto hipotecando a sua integral colaboração. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente, agradece a colaboração dos Srs. Conselheiros, dá por encerrada a reunião, às 18:15 horas, do que, para constar, eu, Osmário Alifait Lacet, Secretário do Conselho Deliberativo, lavrei a presente Ata que assino com o Sr. Presidente.

Francisco de M. Milagres - Presidente.
Osmário Alifait Lacet.